

*O acesso ao material
bibliográfico está
disponível apenas para
consulta local.*

O Boletim Cenedom é destinado à difusão regular do acervo e das atividades do Cenedom, como estudos, pesquisas e publicações sobre museologia e sobre o campo museal.

Dúvidas ou sugestões, envie um email para cenedom@museus.gov.br

novidades • destaques • conheça +

Boletim Bibliográfico



Centro Nacional de
Estudos e Documentação
da Museologia



Nº 33/ Abril 2015

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Em 2015, ano em que o Ministério da Cultura completa 30 anos de existência, pode-se verificar que houve grandes avanços no setor a partir da elaboração e implantação de políticas públicas, que como tais, necessitam de constante acompanhamento e monitoramento para que tenham sua eficácia avaliada.

É o caso do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), política pública voltada para o campo museal brasileiro e principal instrumento de consolidação, institucionalização e implantação de uma política pública para o setor. Seu acompanhamento, revisão e aprimoramento cabem ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), responsabilidades estas acordadas e referendadas nos Fóruns Nacionais de Museus, realizados a cada dois anos.

Fruto do Plano Nacional de Cultura e da II Conferência Nacional de Cultura, o PNSM teve suas diretrizes elaboradas e aprovadas durante o 4º Fórum Nacional de Museus (Brasília-DF, 2010). Já no 6º Fórum Nacional de Museus (Belém-PA, 2014), foram elaborados indicadores para o monitoramento e avaliação do Plano. Estes indicadores deverão ser capazes de medir o quanto já foi realizado e o que ainda deve ser feito para o cumprimento das metas estabelecidas. Para que esse trabalho seja realizado é necessário o estabelecimento de fontes de informação para os indicadores. Entre as fontes, merece atenção o Cadastro Nacional de Museus e suas ações – como a Pesquisa Anual de Museus (PAM) –, que fornece dados para o cálculo de cerca de 40% dos indicadores.

Assim, ressalta-se que tão ou mais importante que compilar as aspirações do setor em uma política pública sólida é o acompanhamento dela de maneira que se possam visualizar os gargalos a serem enfrentados, os focos de trabalho, as fragilidades da área e o planejamento a ser traçado.

Por isso, nesta edição do Boletim Cenedom, trazemos o tema **Políticas Públicas de Cultura** sob a perspectiva dos seus efeitos e impactos, enfatizando a importância do acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e reformulação – sempre que necessário.

Boa leitura!

Destaque

CADERNO METODOLÓGICO DE REVISÃO DO PNSM

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **6º Fórum Nacional de Museus: Caderno Metodológico de Revisão do PNSM: material de apoio aos grupos de trabalho.** Brasília, DF: [Ibram], 2014.



O Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) passou por mais uma etapa de seu processo de revisão durante a realização do 6º Fórum Nacional de Museus (Belém-PA, 2014). Para tanto foi desenvolvido um material específico e estabelecida uma metodologia para subsidiar os trabalhos durante o evento. A publicação – ***Caderno metodológico de revisão do PNSM – Material de apoio aos grupos de trabalho*** – pormenoriza as etapas percorridas para proposição da sistemática de monitoramento e avaliação do PNSM, da priorização das diretrizes até à dinâmica que seria seguida para a consolidação dos indicadores. O material se torna bastante didático na medida em que explica como o processo se desenvolveu até à realização da Plenária Final no 6º Fórum, demonstrando como foi feito o alinhamento do PNSM; como se deu o estabelecimento de premissas para o monitoramento e a avaliação do Plano; como e porque outras diretrizes foram também priorizadas; e como foi a construção das propostas de produtos, impactos e indicadores a serem discutidos durante o evento. Aos interessados em entender o processo de acompanhamento do campo museal e a realização dos planejamentos traçados para o setor, o Caderno é leitura obrigatória.

Conheça +

POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL, 2002-2006

SILVA, F.. **Política Cultural No Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais, v. 2)



Esta publicação vislumbra o campo cultural a partir de um viés pouco abordado na área: o da economia. Isso porque se trata da compilação de estudos e pesquisas publicados no boletim do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – *Pesquisas Sociais - acompanhamento e análise* – relacionados ao acompanhamento da elaboração de políticas públicas de cultura. Trata-se, portanto, de um olhar sobre as convergências entre cultura e economia. Mercado de trabalho, consumo, práticas culturais, bens culturais, equipamentos e recursos; todos são aspectos que invariavelmente permeiam os textos. E por sua abrangência, permite aos gestores e aos agentes institucionais uma visão mais global do contexto cultural brasileiro. O livro evidencia o/a problema/solução que a área vive: a oscilação entre o sentido simbólico e político da cultura e a tentativa de por vezes separar e por vezes unir esses caminhos. Sua linguagem permite que tanto o público especializado no assunto como o neófito encontrem elementos estimulantes à leitura, oferecendo perspectivas analíticas, instrumentais, estratégicas, organizadas e descritivas para a compreensão e interpretação das políticas públicas culturais.

ECONOMIA E POLÍTICA CULTURAL

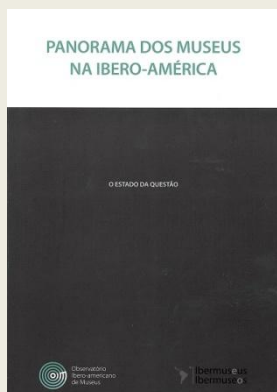
SILVA, F.. **Economia e Política Cultural**: acesso, emprego e financiamento. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais, v. 3)



Seguindo a mesma lógica da publicação Política Cultural no Brasil, o volume 3 da Coleção Cadernos de Políticas Culturais expõe aos seus leitores e ávidos consumidores de estudos e pesquisas que retratam temas na área da cultura com o devido rigor técnico-científico as relações entre economia e cultura nas dimensões do acesso, emprego e financiamento. Em um de seus eixos, o livro trata sobre o consumo cultural das famílias brasileiras, concluindo que apesar de haver consumo de cultura tanto nas famílias de alta quanto nas de baixa renda, há de se falar em uma concentração significativa de consumo de cultura na classe de alto poder aquisitivo. A exemplo dessa desigualdade, a publicação evidencia outros desequilíbrios sociais no campo da cultura ao relacionar oferta cultural e capacidade financeira, contrastando as diferenças entre capacidades financeiras desniveladas entre municípios em regiões de baixa relevância econômica com municípios concentrados em capitais e regiões de vasta atividade econômica. Outros desequilíbrios sociais no campo da cultura explorados na publicação cruzam as seguintes categorias: mercado de trabalho dos setores culturais e distribuição geográfica, emprego formal e distribuição geográfica, financiamento federal e distribuição de recursos a agentes estatais, agentes privados e o campo dos produtores culturais.

PANORAMA DOS MUSEUS NA IBERO-AMÉRICA

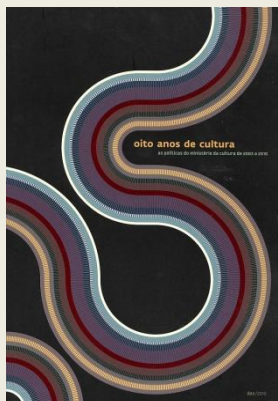
Observatório Ibero americano de Museus (OIM). **Panorama dos Museus na Ibero-América: O Estado da Questão**: Janeiro – maio 2013. [S.l.]: IberoMuseus, 2013.



O Observatório Ibero-Americano de Museus (OIM) apresenta nesta publicação um panorama geral dos museus no contexto ibero-americano, por meio da compilação, análise e atualização constante de dados e informações sobre recursos e iniciativas oficiais dos países participantes do Programa IberoMuseus (22 países da Península Ibérica e das Américas do Sul e Central). O objetivo principal é conhecer a diversidade museal desses países e elaborar diagnóstico a partir da definição de temas prioritários de pesquisa e avaliação, tendo como fio condutor o estabelecimento de interesses comuns. Para isso, os países, por meio de suas instituições representativas oficiais, foram convidados a participar prestando informações sobre o âmbito dos museus em cada país. O livro, portanto, lista e compara as informações recebidas a partir de temas estabelecidos por meio de um padrão de conceitos e critérios utilizados. Entre os temas, chamamos a atenção para três: “Legislação”, “Política Nacional de Museus” e “Sistema, Rede ou Programa Nacional de Museus”. Estes temas abordam a questão da existência de política pública de museus instituída e, nesse sentido, o Brasil figura como país que possui legislação, política e sistema nacionais específicos de museus.

OITO ANOS DE CULTURA

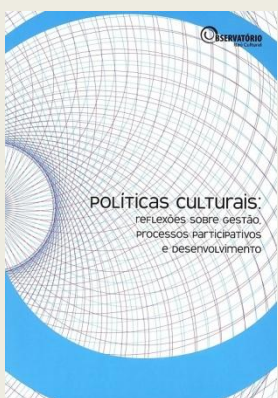
BRASIL. Ministério da Cultura. **Oito anos de Cultura**: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. [Brasília, DF]: Ministério da Cultura, 2010.



Esta publicação elucida o leitor a respeito das políticas públicas e das ações desenvolvidas no âmbito do Ministério da Cultura, dividindo-as em grandes eixos de interesse da gestão do Ministério durante os anos de 2003 a 2010. Com isso percebe-se que o foco das atividades ministeriais se expandiu nesse período para além da visão mais comum e recorrente do que seja cultura em nosso país, abordando-a como expressão máxima de nós mesmos e do nosso mundo. Dessa forma, ela seria o caminho pelo qual todos nos vemos como elementos constituintes de uma nação. É com base nessa perspectiva que se adotou a ideia de cultura com três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. Essas dimensões direcionaram as políticas formuladas para o setor e abrangem questões de acesso, diversidade, sustentabilidade (econômica e ambiental), inclusão, inovação e desenvolvimento. O livro se constitui, assim, como um relatório do período e ainda pontua, em seu último capítulo, a atuação do Estado como formulador, indutor e regulador de políticas públicas de cultura. A publicação se aproxima ainda mais do tema desta edição do Boletim ao apontar as edições da Conferência Nacional de Cultura e o Sistema de Informações e Indicadores Culturais como iniciativas subsidiárias ao aperfeiçoamento e renovação das políticas públicas e planos nacionais instituídos no campo cultural.

POLÍTICAS CULTURAIS:

CALABRE, Lia (Coord.). **Políticas Culturais**: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.



A presente coletânea é resultado da publicação de trabalhos apresentados no seminário promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa em parceria com o Observatório Itaú Cultural, realizado no Rio de Janeiro – RJ, 2009. Denominado “V Seminário Políticas Culturais: Reflexões e Ações”, as discussões, debates e reflexões apresentadas durante o evento – e que integram essa publicação – versam sobre as transformações e reconfigurações que abrangem o campo das políticas públicas de cultura na contemporaneidade, sobretudo a gestão político-cultural no Brasil e em países da América Latina, tais como o México e Colômbia. As temáticas dos artigos percorrem assuntos nacionais e internacionais diversos, que apresentam pro postas de melhorias e possíveis avanços: (i) para a construção de informações e indicadores para o monitoramento e avaliação de políticas públicas; (ii) para a formação e exercício profissional de gestores culturais; (iii) para o desenvolvimento de um plano de cultura de Estado; (iv) para o fortalecimento da política cultural; (v) para a contínua expansão da participação social na construção de políticas culturais; (vi) para a modernização dos conselhos de cultura, entre outras questões. Em função de sua maneira holística de pormenorizar diferentes temáticas no campo da cultura, trata-se de uma publicação essencial para quaisquer profissionais que lidam com o assunto no Brasil.

IMPLEMENTAÇÃO E REFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MEDEIROS, Anny Karine; FARAH, Marta Ferreira Santos. Implementação e reformulação de políticas públicas: o caso do programa Viva. Revista do Serviço Público (RSP), Brasília, DF, v. 65, n. 1, p. 7-23, jan./mar. 2014.



Planejar, organizar, dirigir e controlar a promoção da cidadania e da diversidade cultural é uma política do Estado Brasileiro. A partir de julho de 2014, com a promulgação da Lei nº 13.018, ficou instituído a Política Nacional de Cultura Viva, cuja finalidade principal é incentivar e estimular meios para a população brasileira exercer seus direitos e deveres culturais. O artigo que destacamos, de autoria de pesquisadoras da Fundação Getúlio Vargas – Anny Karine de Medeiros e Marta Ferreira Santos Sarah, publicado na Revista do Serviço Público Brasília, oferece uma análise e avaliação do programa Cultura Viva desde sua criação e regulamentação por meio das portarias nº 156, de 06 de julho de 2014, e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura. O artigo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa realizada com os gestores do programa Cultura Viva e gestores de pontos de cultura até o redesenho do programa, em 2013. Em síntese, trata-se de um instrumento fundamental para compreender o programa Cultura Viva antes de seu advento como uma política nacional.

INFORMAÇÕES

O acesso ao material bibliográfico está disponível apenas para consulta local.

Dúvidas ou sugestões, envie um email para cenedom@museus.gov.br

Endereço:

SBN Q. 2 Lt. 08, Bl. "N" - Ed. CNC III – 1º Subsolo
(61) 3521 – 4201 email: cenedom@museus.gov.br

Horário de Funcionamento:

Segunda: das 13:00 às 18:00
De terça a sexta: das 09:00 às 18:00